

ESPAÇOS AGRÍCOLAS PRODUTIVOS PERSISTENTES NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

**Renata Fernandes
Teixeiraⁱ**

Doutoranda em Geografia pela
PUC-Rio

Resumo

As mudanças nos espaços rurais na Baixada Fluminense pela chegada na urbanização e diminuição das atividades agrícolas deixaram espaços de resistência que persistem em suas dinâmicas produtivas agrícolas. Estes espaços rurais, além de produtivos ganharam novas dinâmicas de apropriação, chamados de espaço periurbano. O presente artigo teve a intenção de identificar os espaços rurais no município de Nova Iguaçu, analisando, por meio dos dados do censo agropecuário de 1995/96 e 2006, como, quantitativamente, a produção ainda ocorre. Além da identificação de quais cultivos persistem e quais passaram a existir nestes lugares, pelo dado da PAM- Produção Agrícola Municipal da área plantada ou destinada à colheita nos anos de 2005 até 2016 dos cultivos. Pode ser identificado que partes dos espaços ainda estão sendo produtivos e apropriados pelo modelo agrícola.

Palavras-chave: Espaço Rural, Espaço Periurbano, Agricultura, Censo Agropecuário, Produção Agrícola Municipal.

Abstract

PERSISTENT PRODUCTIVE AGRICULTURAL SPACES IN THE CITY OF NOVA IGUAÇU

The changes in rural areas in Baixada Fluminense due to the arrival of urbanization and the decrease in agricultural activities have left spaces of resistance that persist in their agricultural production dynamics. These rural spaces, in addition to being productive, have acquired new dynamics of appropriation, known as the peri-urban space. The present article aims to identify the rural spaces in the municipality of Nova Iguaçu by analyzing the 1995/1996 and 2006 agricultural census data and determining how, quantitatively, agriculture still occurs in the region. The goal of this article is also to identify which crops are ongoing and which have started to be grown in these places, according to the data from PAM - Municipal Agricultural Production of the area planted or reserved for harvest from 2005 to 2016. It must be noted that parts of these spaces are still productive and appropriated by the agricultural model.

Keywords:

Rural Space, Peri-Urban Space, Agriculture, Agricultural Census, Municipal Agricultural Production (PAM).

ⁱ *Endereço institucional:*
R. Marquês de São Vicente, 225 -
Gávea, Rio de Janeiro.
Endereço eletrônico:
renatateixeira23@gmail.com

Introdução

A agricultura adentrou no espaço da Baixada Fluminense ocupando e manuseando as terras por atividades agrícolas com períodos de ápice e também com desencadeamentos que levaram a decadência e resistência de alguns desses produtores. O ponto inicial de enfraquecimento dos agricultores familiares pode ser identificado com a chegada da modernização, a tecnificação advinda da Revolução Verde e o crédito agrícola, não deixando de abordar o boom da industrialização e urbanização dos espaços periféricos da região metropolitana do Rio de Janeiro, principalmente, de Nova Iguaçu.

Os espaços rurais se moldaram e se reconstruíram ao longo dos séculos, perpassando por diversas fases e modificações no cultivo. Primeiro foi com a mudança da cana de açúcar para a produção cafeeira no início do século XIX, segundo uma transição no século XX com a decadência do café e a chegada da produção da citricultura, juntamente com o advindo da urbanização.

A Baixada Fluminense é constituída de histórias e dinâmicas que persistem até hoje. Contudo, com a chegada da urbanização, estes espaços rurais ganharam novas formas de apropriação e muitos ainda permanecendo com suas dinâmicas produtivas, mas com novas funcionalidades. E são os chamados espaços periurbanos que trazem esse novo modelo de vivenciar os espaços ocupados. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE pode nos mostrar muitas alterações na forma produtiva dos cultivos que foram introduzidos posteriores às mudanças, havendo também resistência a outros.

Com isso, o presente artigo tem como intenção abordar o cenário em que persistem os espaços rurais no município de Nova Iguaçu, além do diálogo com o conceito de espaço periurbano. O objetivo desta pesquisa é contrastar os censos de 1995/96 ao de 2006 demonstrando como os espaços rurais se moldaram no tempo, além dos dados referentes a PAM- Produção Agrícola Municipal da área plantada ou destinada à colheita do município de Nova Iguaçu nos anos de 2005 ao ano de 2016 dos cultivos, identificando suas modificações e permanências.

Metodologia

Foi realizada uma busca na literatura existente para o entendimento dos espaços periurbanos no município de Nova Iguaçu, identificando os espaços agrícolas persistentes à expansão urbana;

Assim como a identificação dos espaços rurais no município de Nova Iguaçu a partir de dados georreferenciados fornecidos pela Secretaria de Agricultura do Município de Nova Iguaçu;

E por fim, a comparação e análise dos dados do censo agropecuário de 1995/96 ao de 2006 do espaço agrícola de Nova Iguaçu, além de uma análise da PAM – Produção Agrícola Municipal dos anos de 2005 ao de 2016 identificando a produção dos cultivos, suas modificações e suas persistências ao longo dos 11 anos.

Fundamentação

A agricultura na Baixada Fluminense teve sua grande importância no Império, e foi no período republicano que foi expandida a produção de frutas, além de lavouras de produtos alimentícios (mandioca, milho, dentre outros cultivos), adentrando ao mercado estrangeiro, no final do século XIX e início do XX. Diante disso, muitas áreas passaram a se apropriar da agricultura, enquanto outras passaram a usar as florestas para a extração de lenha e fabricação de carvão, servindo, assim, como fonte de energia para movimentar a locomotiva e para as caldeiras das indústrias, que surgiram na segunda metade do século XIX, além das terras já desmatadas, que se instalavam às lavouras e criação de gado.

Contudo, a partir do século XX, quando foi criado um sistema de canais e redes de drenagem advindas das obras de saneamento, começou-se a recuperação das terras cultiváveis, desenvolvendo-se o valor de uso e o valor de troca. Além disso, é nessa época que a citricultura chega à Nova Iguaçu, em 1930 e vai até 1939, “Nas áreas próximas a estação de Maxambomba irá se instalar uma vigorosa citricultura que abastecerá o mercado interno e se transformará em produto de exportação” (SIMÕES, 2004, p. 50).

Os pomares de laranjas eram as grandes economias agrícolas da época, e Nova Iguaçu era o principal produtor de pés de laranjas, fazendo com que esse município

ficasse internacionalmente conhecido e tendo como apelido Cidade Perfume, que irá se instalar nas encostas. Para além disso, sabe-se que esse produto não abastecia apenas o mercado externo, mas também o mercado interno, mantendo-se, assim, uma diversidade de laranjas. Por isso, a pequena burguesia agrária, que era aliada aos exportadores de laranjas, entrou em conflito com os comerciantes. Alguns pequenos industriais e agentes imobiliários exigiam que houvesse um parcelamento do solo, mas essa elite rural acabou conseguindo deter a expansão urbana na área.

Entretanto, a felicidade dos cultivadores não durou muito. Com a chegada da 2ª Guerra Mundial, ocorreu o fechamento do mercado externo para exportação, o que os levou à decadência. Com isso, a produção não tinha mercado para venda e acabava apodrecendo nos pés e ocasionando a fumagina praga na região. Logo, fazendo com que essa monocultura perdesse espaço agora para a lógica dos loteamentos e fracionamentos do solo. Ademais, em 1950, essas áreas estavam cheias de trabalhadores que emigraram e imigraram de diversas regiões que sofreram despejos, causando conflitos camponeses.

Por essa razão, a elite ruralista e produtora de laranjas perde espaço, abrindo lugar para que os loteamentos e parcelamento do solo começassem a todo vapor. Não havendo como resistir ao processo de valorização de terras e à expansão dos loteamentos em 1950, já que era a atividade que entrava em crescimento no Estado do Rio. Muitos abandonaram as laranjas e passaram a se dedicar a outras atividades comerciais, passando, assim, a haver um rearranjo na ordem política. (TORRÊS, 2008, p. 177).

Outra medida que trouxe grande perda do espaço rural, com a migração de mais pessoas para essas áreas, foi a abertura da Rodovia Presidente Dutra (1951), ocasionando a valorização desses imóveis. Essa rodovia trouxe industrialização e instalação de diversas empresas, que buscavam mão de obra, introdução de um comércio e todo o aparato urbano. Diante do exposto, “a disponibilidade de grandes espaços e o baixo custo dos terrenos, ao lado de outras vantagens locais, atrai um grande número de empresas que vão se instalar, principalmente às margens da Via Dutra” (SIMÕES, 2004, p. 55).

Dessa forma, nasce uma nova classe social, decorrente da instalação industrial moderna e tecnológica, que trará novo escopo para este espaço urbano. Também, essas fábricas se localizarão bem próximas ao centro de Nova Iguaçu. (SIMÕES, 2004, p. 55). O centro urbano começa a ser explorado e adensado no município, e o poder público municipal passa a ter responsabilidade de instalar infraestrutura e equipamentos urbanos coletivos, como saneamento, rede elétrica, pavimentação, rede de água, buscando, dessa forma, uma melhor qualidade de vida, valorização desses espaços centrais e a semelhança entre os bairros Carioca.

Mas uma gama de loteamentos sem um padrão começa a surgir na periferia da região central, a partir da autoconstrução de loteamentos populares. Nessas áreas o poder público não instalava infraestrutura, logo a defasagem era grande e a única padronização era a largura das ruas e o tamanho dos loteamentos, que serviam como modo de barateamento dos terrenos e a instalação de uma população de baixa renda, que prestavam como reprodução barata da força de trabalho.

Por fim, as disparidades da região central e periférica de Nova Iguaçu são enormes, posto que existem bairros de classe média alta, próximos à linha do trem e, do outro lado, em contrapartida, uma população carente que sofre com a falta de recursos e investimentos, refletindo, assim, as disparidades econômicas e sociais da população brasileira. Todavia, aqueles espaços rurais, com toda sua apropriação do espaço pela lógica agrícola e de criação de animais, não deixaram de existir, os mesmos apenas foram diminuídos e transformados por essa nova dinâmica territorial de ocupação urbana, sendo deixados os espaços de resistências e tornando-se, agora, periurbano.

Pode ser destacado que a transformação e evolução econômica da Baixada Fluminense se deu pela decadência de alguns grupos sociais, como os senhores de engenho, o que resultou na mudança de distribuição e ocupação da terra, não só por novos grupos de agricultores, mas também e principalmente pela nova apropriação do espaço causado pela urbanização. Foram constituindo-se novas paisagens, pois o espaço vai se modificando a partir das intencionalidades e deixando suas marcas, pelas pretéritas apropriações. Segundo Aziz Ab'Saber (2003), a paisagem era tida como uma herança na qual estavam marcadas as formas pela atuação,

remodelamento e transformação do passado das comunidades nos territórios existentes, “paisagem é sempre uma *herança* [...] de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades” (AZIZ AB’SABER, 2003, p. 9).

Nesse sentido, o espaço que está sempre em movimento, acaba tornando-se dialético, visto que ao mesmo tempo que o mesmo deixa de ser, ele é, sempre em contradição pela apropriação, já que essas áreas agrícolas, ao mesmo tempo que deixam de ser produtoras de um determinado produto e de um determinado grupo, passam a ser produzidos outros produtos e até mesmo por diferentes grupos sociais. Milton Santos (2006), que teve influência de Henri Lefebvre, David Harvey, Edward Soja, Ives Lacoste, Jean Paul Sartre, Neil Smith, dentre outros, na formulação de sua base teórica, mostra-nos que, conforme a realidade vai se modificando, os conceitos precisam ser adaptados e modificados à realidade existente, e o conceito de espaço sofrerá essas transformações, tendo em vista a complexidade da realidade.

Em sua compreensão, o espaço geográfico faz parte de uma produção do homem na relação da totalidade da natureza, por meio da técnica, em que esta é a grande ferramenta para a produção. Logo, o espaço é uma acumulação de tempos, pela cristalização dos momentos do passado, um devir pelas relações futuras e um presente que se encontra sempre em movimento, ou seja, um processo (SANTOS, 2006). Isto é, pela influência das técnicas, o espaço é condição para a realização de um novo modo de produção, como pode ser apropriado em toda a transformação do espaço da Baixada Fluminense.

Doravante, o espaço da Baixada Fluminense está inserido à diversas pluralidades, em que as dinâmicas e os processos urbanos adentram à região, trazendo, assim, uma nova lógica. Apesar disso, os espaços apresentam algumas resistências às práticas agrícolas, na qual elas perderam espaço para a expansão urbana e comercial/industrial – mas que não se aniquilou – ocorrendo uma grande perda e agora sendo incorporada como regiões periurbanas, que marcam esta franja da metrópole carioca, abastecendo mercados locais.

Essas são marcadas pela resistência da prática agrícola, mesmo que em escala local, para o abastecimento dos mercados populares locais ou para o abastecimento interno das áreas rurais e urbanas dos

municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Magé (MARAFON et al., 2006, p. 107).

No município de Nova Iguaçu, por exemplo, o bairro do Tinguá e toda a dinâmica de sua bacia hidrológica, é um destes espaços periurbanos que abastecem estes mercados internos por uma nova franja agrícola, espaços esses surgidos pelo hibridismo entre o rural e o urbano. Neles existem pequenos agricultores que permaneceram naqueles espaços rurais que vinham desde quando o interior do Rio de Janeiro começou a ser ocupado e reconhecido economicamente, não perdendo sua identidade, mas sim resistindo ao longo do tempo.

O Espaço Periurbano

Na metade do século XX, as áreas geográficas passam a servir basicamente à metrópole que a sustentam, e é com o processo de loteamento da periferia das grandes cidades que começam a dar prosseguimento no urbano do espaço e, com isso, ganhando maior amplitude. Esses espaços da extremidade das metrópoles tem um uso do solo rural, mas começam a aparecer formas mistas de uso do solo, com a urbanização adentrando pelo parcelamento do solo e, por conseguinte, à chegada da industrialização.

São essas formas mistas de uso do solo, localizadas entre a extremidade da metrópole e o prevailecimento do uso da terra pelo modo rural, entre o espaço urbano e rural, que são designadas de espaço periurbano. Nessas formas mistas de ocupação podem ser percebidos sítios, clubes de recreação, habitações de segunda residência e veraneio. Eles surgem com a metropolização da cidade do Rio de Janeiro, modificando a forma, tal como os espaços rurais se estruturaram. Em Nova Iguaçu podem ser analisados espaços urbanos e rurais se misturando, a partir do uso do solo, trazendo, assim, essa hibridização e múltiplas territorialidades perante seu uso e sua ocupação. (Figura 1) “A área periurbana não está urbanizada (dividida em lotes urbanos), mas está organizada no interesse da vida urbana” (TUMOWSKI, 1992, p. 88).

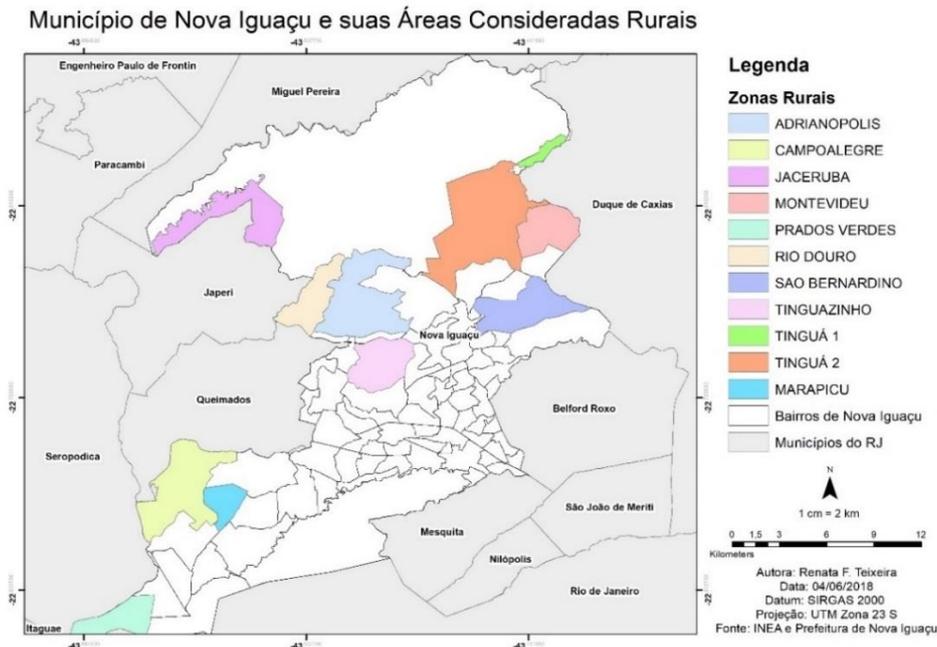


Figura 1 – Mapa de localização das áreas rurais existentes dentro do município de Nova Iguaçu, mostrando esta hibridização entre o rural e o urbano, onde os bairros coloridos são os rurais e os brancos são os urbanos.

Os espaços rurais no estado do Rio de Janeiro passaram por diversas transformações desde a sua colonização, mas como sua produção era voltada para o mercado externo, os cultivos tiveram seus anos de sucesso, passando da cana de açúcar, cultivada nas várzeas até o século XVIII, ao café nos planaltos, a partir do século XIX e, por final, à citricultura na Baixada Fluminense, durante a década de 1930. Por outro lado, com sucessivas perdas no mercado externo, os cultivos foram sendo modificados a partir de novas lógicas de mercado, advindas da mecanização na forma de produção. Apesar disso, a última decadência não fez com que esses espaços produtivos fossem pensados para o abastecimento de uma metrópole que estava em franco crescimento, fomentando o êxodo rural. Mais tarde a situação agravou-se pela falta de uma política agrícola para os pequenos produtores, advindas pela modernização do campo, pela chamada “Revolução Verde”. Às áreas de café, após a crise de 1929/30, não significou o esvaziamento do interior do estado do Rio, visto que esses espaços se resignificaram e aproveitaram as áreas produtivas, para novas linhas de produção, com o objetivo de abastecer à metrópole, como a horticultura, leite, dentre outros cultivos.

Na Região Serrana formaram-se áreas propícias às citriculturas e horticulturas, transformando-se um “cinturão verde”, que serviram de produtoras para abastecimento da metrópole, isto é, aqueles alimentos mais frágeis, pela perda do atravessamento, teriam maiores chances de aproveitamento se não viessem de longe. Porém, a região da Baixada Fluminense ganhou uma nova lógica, a da industrialização, perdendo os espaços rurais de anéis de abastecimento. Mas a metrópole precisava se expandir, e foi na periferia que ocorreu o crescimento em loteamentos mais baratos do que na região central do Rio. Por isso, “A expansão da cidade teve efeitos eminentemente polarizados que vieram mudar a organização do espaço fluminense” (TUMOWSKI, 1992, p. 84).

Resultado e Discussão

Quando analisamos os espaços rurais de resistência que persistiram à pressão e expansão urbana, advindas da modernização, pela introdução da industrialização e fragmentação do solo, a lógica rural ainda está presente em alguns bairros do município de Nova Iguaçu. A paisagem assume identidades a cada período de transformações no espaço, deixando suas próprias marcas e significações, sendo essas marcas no meio periurbano que mostrarão a persistência das atividades agropecuária.

Foi cedida pela Secretaria de Agricultura do Município de Nova Iguaçu a poligonal das áreas rurais existentes no município (dado fornecido a eles pelo Observatório Municipal). Esse tem como objetivo ampliar o nível de conhecimento sobre a cidade, além de identificar as suas modificações, avaliando suas possíveis consequências, disponibilizando informações, acerca de Nova Iguaçu, e ampliando o nível de conhecimento da realidade local. O Mapa abaixo (Figura 2) mostrará os espaços rurais existentes no município e quanto de área em hectare contem em cada poligonal.

Município de Nova Iguaçu e suas Áreas Consideradas Rurais

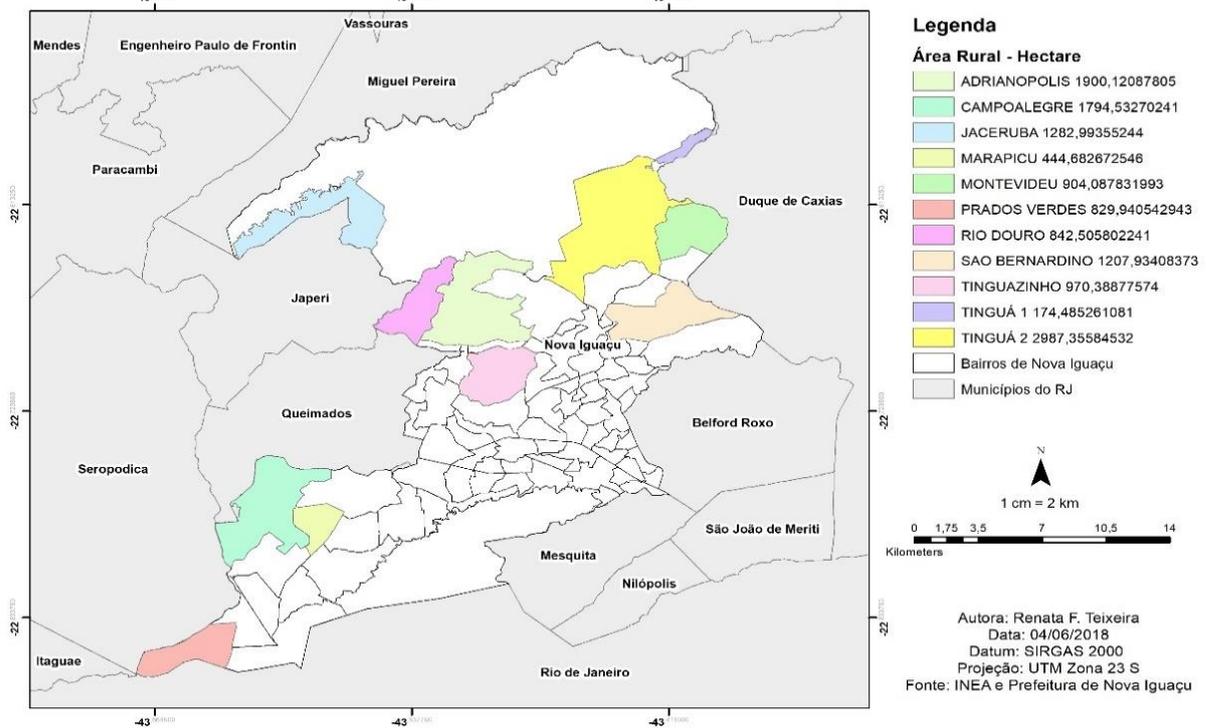


Figura 2 – Identificação dos espaços que mantêm atividades rurais no município de Nova Iguaçu e a quantidade de área na unidade em Hectare, mostrando que Tinguá 2 tem maior área em hectare.

Como pode ser identificado, a área de Tinguá 2 é o maior espaço rural no município, e esse, como visto anteriormente, está inserido em unidades de conservação estadual, municipal e na zona de amortecimento federal. Diante disso, esse lugar está cheio de significados e pluriatividades presentes, mostrando seu potencial ambiental pela inserção nas APAs (Figura 3 e 4), trazendo novas interpretações e se mostrando diferente ao restante do município.

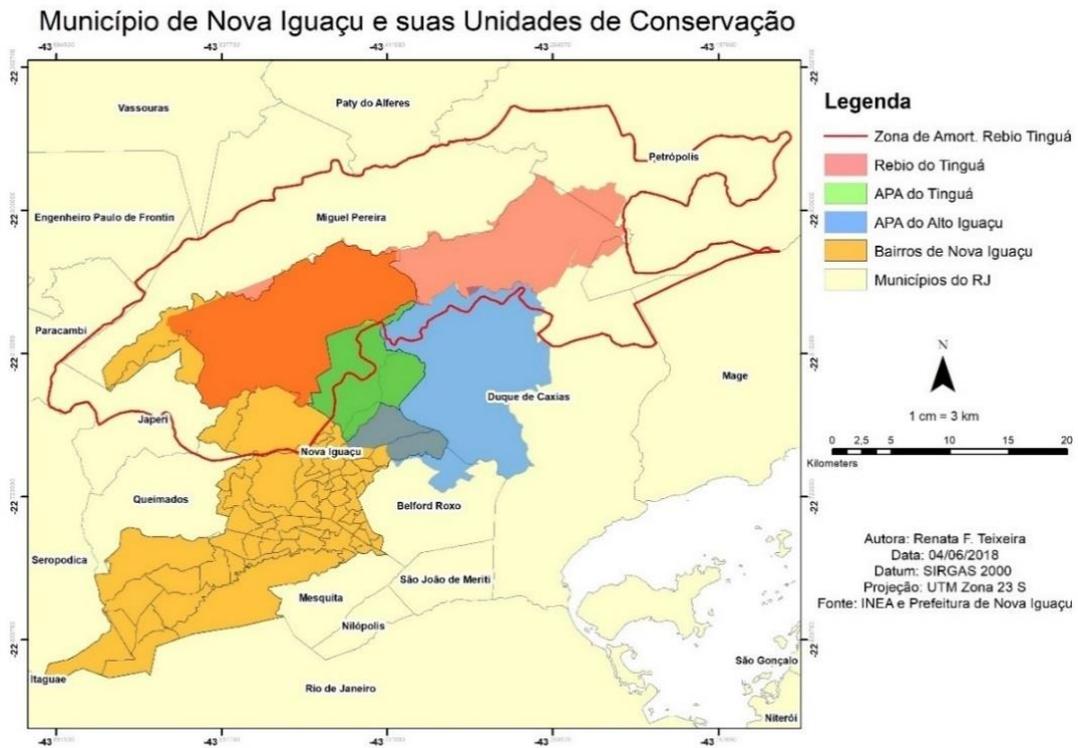


Figura 3 – Mapa de localização das Unidades de Conservação (Federal, Estadual e Municipal) no município de Nova Iguaçu. Podendo ser analisado a sobreposição de Unidades e sua preservação ao Norte do Município.

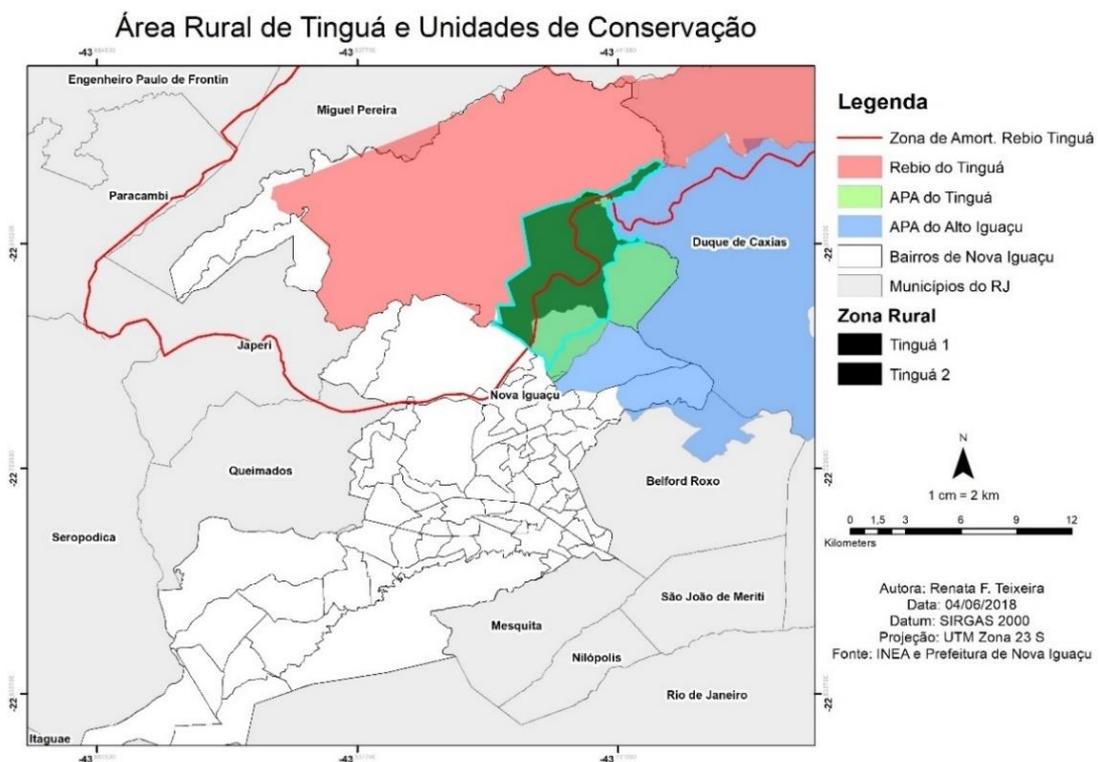


Figura 4 – Mapa de localização das áreas rurais de Tinguá 1 e 2, além da sobreposição das Unidades de Conservação Estadual e Municipal, e partes do bairro de Tinguá contido também na Zona de Amortecimento da Rebio do Tinguá.

Espaços agrícolas produtivos persistentes no município de Nova Iguaçu

Renata Fernandes Teixeira

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, realizado em todo o Brasil, o dado de estabelecimentos e área total, por classes da atividade econômica por município, mostrará que em Nova Iguaçu (Tabela 1) existem 3993,16 de área rural em 423 estabelecimentos.

Tabela 1 – Estabelecimentos e área total, por classes da atividade econômica do município de Nova Iguaçu do censo de 2006.

UF, Mesorregião, Microrregião e Município	Estabelecimentos e área total, por classes da atividade econômica													
	Estabelecimentos	Área	Produção de lavouras temporárias		Produção de lavouras permanentes		Horticultura e floricultura		Pecuária e criação de outros animais		Produção florestal - florestas nativas		Aquicultura	
			Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
Nova Iguaçu	423	3 993	138	1 086	24	551	68	403	176	1 727	2	x	15	99

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 2006.

Desse total de estabelecimentos, 230 estão destinados a atividades agrícolas, como às lavouras permanentes e temporárias, horticultura e floricultura. Isto é, o total de área rural do dado fornecido pela prefeitura é de 13.333ha, enquanto o total de área rural que pratica atividades produtoras diante do dado de censo agropecuário de 2006 é de 3.993ha.

Como o censo agropecuário é realizado por entrevistas e auto declarações das atividades agropecuárias, os dados são todos dinâmicos e podem não abranger a todos os produtores rurais, mas não pode ser retirado sua consistência. Com isso, cruzando as áreas totais do censo de 2006 e da poligonal, 9.340ha podem ser considerados sem produção voltada à agropecuária, para o ano de produção do censo.

Quando identificamos a produção familiar do município, pelo dado do censo agropecuário de 2006 (Tabela 2), o perfil produtivo é de 423 estabelecimentos totais de produção agrícola, com o total de 360 considerados agriculturas familiares e 1.473ha de área, e os 63 estabelecimentos restantes considerados não familiar com 2.520 de área total. Logo, tendo em vista esses produtores que não são considerados agricultores familiares pela Lei nº 11.326, contendo maior área produtiva, mesmo havendo menos estabelecimentos, pode-se considerar que existe uma concentração produtiva nas mãos de grandes produtores, perfis esses advindos desde à Revolução

Espaços agrícolas produtivos persistentes no município de Nova Iguaçu
Renata Fernandes Teixeira

Verde e subsídio de crédito agrícola para o aumento e modernização da produtividade.

Tabela 2 – Estabelecimentos de área agrícola familiar e não familiar do município de Nova Iguaçu.

UF, Mesorregião, Microrregião e Município	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Nova Iguaçu	360	1 473	63	2 520

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Indo mais além na análise dos dados do censo agropecuário de 2006, foi disponibilizado quantos desses estabelecimentos praticam uso de agricultura orgânica e quantos são credenciados segundo à legislação (Tabela 3). O dado mostra que, dos 423 estabelecimentos totais, apenas 7 usam a agricultura orgânica nos estabelecimentos, e desses 7 nenhum deles são certificados. Por outras palavras, os outros 416 estabelecimentos produtivos nem sequer praticam um manejo agrícola orgânico.

Tabela 3 – Uso da Agricultura Orgânica nos estabelecimentos do município de Nova Iguaçu.

UF, Mesorregião, Microrregião e Município	Total de estabelecimentos	Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos			
		Total	Faz e é certificado por entidade credenciada	Faz e não é certificado por entidade credenciada	Não faz
Nova Iguaçu	423	7	-	7	416

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

De acordo com o censo agropecuário de 1995/96, os estabelecimentos foram contabilizados segundo sua atividade econômica principal (Tabela 4), e no município de Nova Iguaçu foram contabilizados um total de 212 estabelecimentos agrícolas, separados por lavouras permanentes e temporárias, identificando quais cultivos praticavam. Nos cultivos permanentes, a banana, com 66 estabelecimentos, e a horticultura, com 33 estabelecimentos, foram os que estiveram presentes em mais propriedades rurais. Em relação aos cultivos temporários, eram apenas de dois tipos.

Espaços agrícolas produtivos persistentes no município de Nova Iguaçu

Renata Fernandes Teixeira

O primeira se referia a cana-de-açúcar, que estava presente em 35 estabelecimentos, e tendo como o segundo o milho, que estava presente em apenas 1, sem se esquecer de outros cultivos que estão presentes em 3 propriedades. O cultivo de cana-de-açúcar já estava presente no estado do Rio desde o século XVI-XVIII, com sua decadência e substituição pelo café no século XIX, que se mostrou ainda perdurável em Nova Iguaçu.

Tabela 4 – Estabelecimentos segundo a atividade econômica principal do município de Nova Iguaçu.

Estabelecimentos segundo a atividade econômica principal													
Nova Iguaçu	Milho	Cana-de-açúcar	Outros da Temporária	Horticultura	Floricultura	Laranja	Outros Cítricos	Café	Banana	Cajú	Coco-da-baía	Manga	Outras da Permanente
	1	35	3	33	2	3	3	2	66	2	19	16	27

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96.

Comparando com o Censo de 2006, na Tabela 1, com o Censo de 1995/96, na Tabela 4, foi produzido um gráfico (Figura 5) demonstrativo. Com isso, no Censo de 2006 existiam mais estabelecimentos que praticavam lavouras temporárias, em um valor de 138 propriedades do total de 230 estabelecimentos agrícola, contabilizando uma área de 1.086ha.

Por outro lado, no Censo de 1995/96 eram apenas 39 estabelecimentos temporários num total de 212, ocorrendo o crescimento de lavouras temporárias de 1995/96 a 2006 (cerca de 10 anos), não sendo possível contabilizar a área total, mas apenas quantos estabelecimentos praticavam tais atividades. Como não há o dado de área destes cultivos temporários e permanentes em 1995/96, mas apenas o número de estabelecimentos, não se pode afirmar que em 2006 ocorreu uma expansão em área agrícola, visto que essas propriedades de 1995/96 podem ter se fragmentado ou não terem sido contabilizadas tantas quantas em 2006.

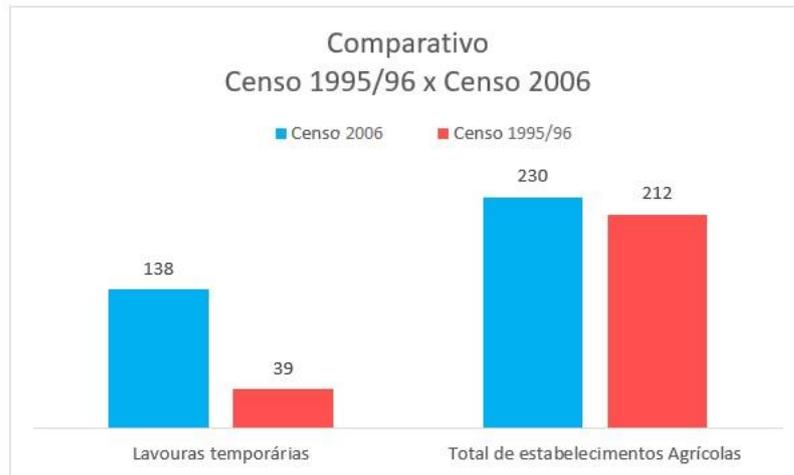


Figura 2 – Gráfico comparativo entre os estabelecimentos de lavoura temporária existentes no Censo de 1995/96 e Censo de 2006. Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.

Buscando dados sobre os cultivos municipais, foi encontrado no PAM (Produção Agrícola Municipal) a quantidade de cada cultura produzida por município anualmente. Diante deste dado, pode ser realizada uma pesquisa temporal da área plantada ou destinada à colheita nos anos de 2005 a 2016, em Nova Iguaçu. Os gráficos abaixo (Figura 5 e 6) mostram o que ocorreu com os principais cultivos e os que constam como temporários ao longo dos anos.

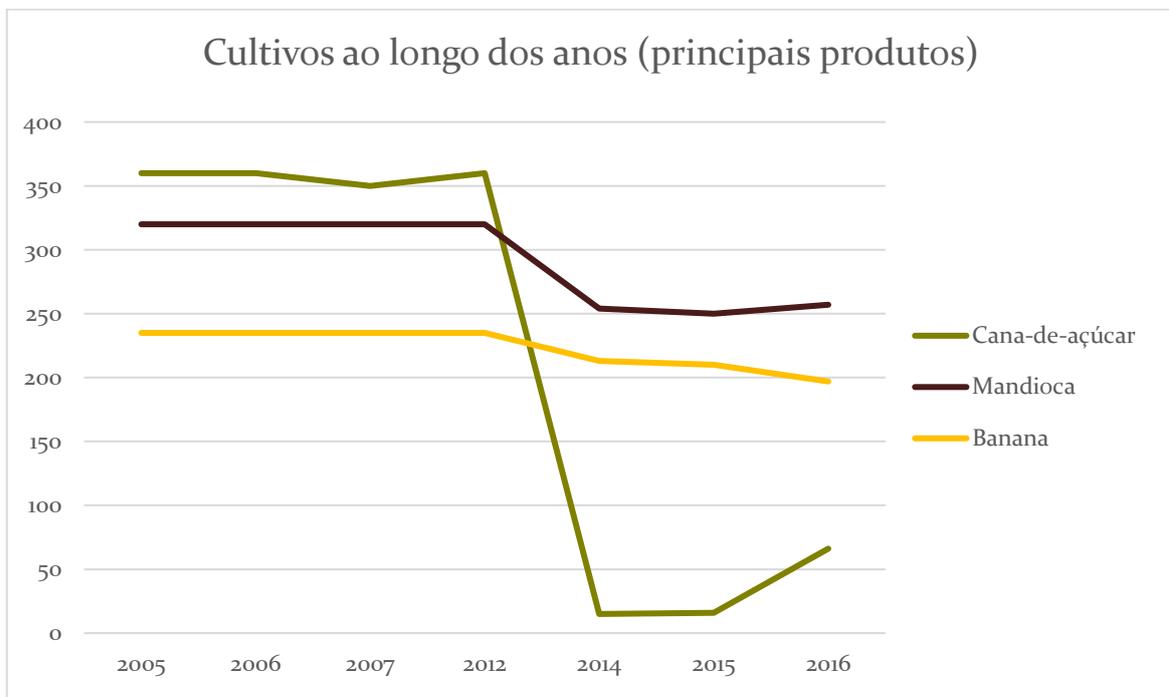


Figura 5 – Gráfico Referentes a área plantada ou destinada à colheita (ha) do município de Nova Iguaçu no ano de 2005 ao ano de 2016 dos principais cultivos (cana-de-açúcar, mandioca e banana). Fonte: IBGE, PAM – Produção Agrícola Municipal 2005 ao ano de 2016.

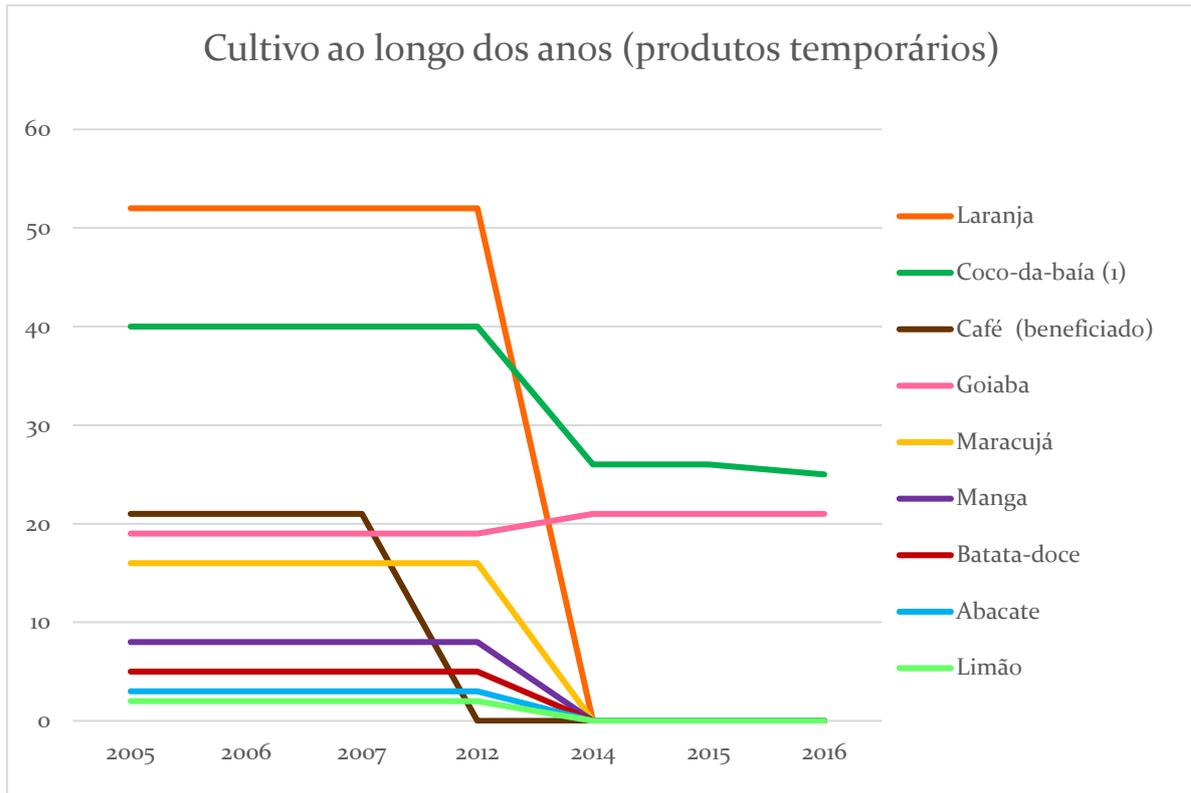


Figura 6 – Gráfico Referentes a área plantada ou destinada à colheita (ha) do município de Nova Iguaçu no ano de 2005 ao ano de 2016 dos cultivos temporários (laranja, coco-da-baía, café, goiaba, maracujá e manga). Fonte: IBGE, PAM – Produção Agrícola Municipal 2005 ao ano de 2016.

No ano de 2005, os cultivos que tiveram as maiores áreas plantadas foram os de cana-de-açúcar, com um total de 360ha, mandioca, com um total de 320ha e banana, com um total de 235ha. No ano de 2006 não ocorreu nenhuma mudança em relação ao de 2005. Para o ano de 2007, a única mudança foi a perda de 10ha para o cultivo temporário de cana-de-açúcar. De 2007 até 2011 a área plantada permanecia a mesma, não havendo mudanças no espaço agrícola, em relação ao total de área plantada.

No ano de 2012, a cana-de-açúcar teve um aumento de 10ha de área plantada, e as áreas dos outros cultivos continuam com a mesma proporção. Para o ano de 2013 os resultados se repetem. Em relação ao ano de 2014, ocorre a maior mudança com a diminuição das áreas de plantios de 531ha, além da perda de diversos cultivos, como a cana-de-açúcar, que vinha ocupando a maior área destinada à colheita e agora passando a ser a menor, visto que a banana e a mandioca agora são os únicos a ocuparem maiores áreas de cultivo. Houve também a perda do cultivo de laranja, que era o possuidor de maior ênfase do município, até o século XX, sabendo que sua

decadência veio com a 2ª Guerra Mundial e posteriormente a industrialização dos espaços periféricos da Região Metropolitana. Deu-se o fim da área plantada do maracujá, manga, batata-doce, abacate e limão, restando apenas 5 cultivos: mandioca, banana, goiaba, coco-da-baía e a cana-de-açúcar.

Em 2015 ocorre mais uma diminuição dos espaços agrícolas, mas agora de apenas 6ha, sendo 4ha de mandioca e 3ha de banana, e um aumento de 1ha de cana-de-açúcar. No ano de 2016 ocorreu o último dado levantado sobre a área plantada ou destinada à colheita segundo o PAM. Continuando a análise destes espaços em Nova Iguaçu, de 2015 a 2016 ocorreu aumento da área plantada dos cultivos já existentes no ano anterior, com um total de 43ha a mais que antes, em que a mandioca decorreu de um aumento de 7ha e na cana-de-açúcar o maior aumento de 50ha. Sucedeu também a diminuição da área destinada à colheita da banana de 13ha e do coco-da-baía de 1ha.

Diante de todos esses dados, a maior perda da região foi de lavouras permanentes, que vinham sendo mapeadas desde o censo agropecuário de 1995/96, e após 20 anos pode ser identificado o fim desses cultivos e talvez a ociosidade dessas terras. Em relação aos cultivos temporários, a cana-de-açúcar está sendo a mais constante naquele espaço periurbano, que sobreviveu ao avanço da urbanização e industrialização, e não deixando de analisar o cultivo perdurável da mandioca e da banana.

Considerações Finais

O município de Nova Iguaçu passou por diversas transformações espaciais ao longo dos séculos, mas a agricultura se manteve presente em algumas regiões. Os dados do censo agropecuário de 2006 mostrou como que os 423 estabelecimentos agrícolas se comportam. Estes estabelecimentos são da agricultura familiar ou não familiar, havendo o maior número de estabelecimentos concentrado nos agricultores familiares, mas em compensação a maior área está concentrada nas mãos dos grandes produtores. Mostrou também que em sua minoria orgânica nenhum consta com certificação. Além de quais os tipos de atividades econômicas e quanto de estabelecimentos e áreas tem disponibilizado para cada.

Já no censo agropecuário de 1995/96, 11 anos atrás, a forma como os dados eram capturados eram de maneiras diferentes, não podendo ser feito a comparação item a item dos 2 censos. Desse modo, foram contabilizados 212 estabelecimentos agrícolas, divididos por atividades econômicas. Entretanto, como a área não foi disponibilizada, a constatação de que 2006 ocorreu aumento no número da área agrícola não pode ser considerada um fato. Já que os estabelecimentos já existentes em 1995/96 podem ter sofrido segmentações ou não terem sido mapeadas. Como a expansão urbana é crescente, as áreas agrícolas nos espaços periurbanos se ressignificam a cada momento.

Para Rego Luiz (2013), o modelo de agricultura precisa de uma nova Revolução Verde, conciliando-se o aumento da produtividade agrícola, com a proteção ambiental e uma alta absorção de mão de obra. Esse tipo de modelo é adaptável na franja agrícola das áreas urbana e periurbanas, que são limitadores da expansão urbana, e que contêm espaços resistentes de produtores familiares. Considerando que o meio urbano gera abundante matéria orgânica, que não são aproveitados e são despejados em aterros sanitários, gerando poluição. Se houvesse a utilização desses resíduos orgânicos, transformando-os em compostos naturais, poderiam ser utilizados em hortas ecológicas em meio urbano e periurbano. Com isso, os espaços ociosos ganhariam produção, assim como os espaços que já resistiram às transformações espaciais. Eles ganhariam aumento de produtividade e melhora no produto, além da diminuição de resíduos, nos aterros, sendo transformados em húmus, para absorção desses locais produtivos. Além disso,

As atividades agrícolas podem, entretanto, criar também sumidouros de carbono para gases de efeito estufa, preservar a biodiversidade e as paisagens, e contribuir para a sua proteção contra inundações e deslizamentos de terra. (TELES, 2002, p.163)

Isto é, aquele modelo tradicional rural ganharia forças novamente, trazendo absorção de mão de obra daqueles que perderam espaço e, por conseguinte, o abastecimento de produtos orgânicos do meio urbano da comunidade do entorno. Esse manejo ecológico é de extremo valor para uma produção orgânica e de um ciclo, que agregue absorção de húmus, advindos do ambiente urbano, manejo ecológico contra pragas e doenças e pouco deslocamento desses produtos para abastecimento

local, trazendo grande inserção social e baixo impacto ambiental. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro possui grande potencial para a implementação desse modelo sustentável.

Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Ed., 2003.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 jul. 2006.

GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. **Estudos rurais da Baixada Fluminense: (1951-1953)**. Rio de Janeiro: SEGRAF/IBGE, 1956.

GROSTEIN, Marta Dora. MetrÓpole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis". **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 13-19, 2001.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censo agropecuário: 1995/96**. Rio de Janeiro, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censo agropecuário 2006: resultados preliminares**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Produção agrícola municipal: área plantada ou destinada à cultivo**. Rio de Janeiro, 2005-2016.

MARAFON, Gláucio J.; RIBEIRO, Miguel A. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 18-19, p. 111-130, 2006.

MARAFON, Gláucio José et al (Org.). **Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Gramma, 2011.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS. **Rumo a um desenvolvimento sustentável: indicadores ambientais**. Salvador: NEAMA: CRA, 2002. (Cadernos de referência ambiental; v. 9).

_____. **Rumo a um desenvolvimento sustentável: indicadores ambientais**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2002.

REGO, Luiz Felipe Guanaes et al. (Org.). Segurança Alimentar, in: ABREU, Alice Rangel de Paiva; REGO, Luiz Felipe Guanaes. **A ciência na RIO+20: uma visão de futuro**. Rio de Janeiro: Ed. PUCRio, 2013. p. 86-99.

REGO, Luiz Felipe Guanaes. Hortas Comunitárias. **Lavoura**, Rio de Janeiro, n. 618, p. 29-31, 1996.

_____. Urban vegetable production for sustainability: The Riortas Project in the city of Rio de Janeiro, Brazil. **Habitat International**, v. 44, p. 510-516, 2014.

REGO, Luiz Felipe; MAIOLI, Veronica; TEIXEIRA, Renata Fernandes. Tropical Urban Ecological Model for Continuous Horticulture Production: a case study in the hydrographic basis of Tinguá, Rio de Janeiro, Brazil. In: INTERNATIONAL SUSTAINABLE DEVELOPMENT RESEARCH SOCIETY CONFERENCE, 22., 2016, Lisboa. **Anais...** Lisboa: [s. n], 2016. v. 1.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, MG, v. 1, n. 1, p. 82-106, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SIMÕES, Manoel R. Da Grande Iguaçu a Baixada Fluminense: emancipação política e reestruturação espacial. In: OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Baixada Fluminense: novos estudos e desafios**. Rio de Janeiro: Paradigma, p. 48-61, 2004.

TÔRRES, Gênesis (Org.). **Baixada Fluminense a construção de uma história**. Rio de Janeiro: IPAHB, 2008.

Recebido em 28 ago. 2020;
aceito em 20 set. 2020.